

lex

ADVOGADOS SUGEREM

Justiça a falar simples e mais informatizada

Maior uso de novas tecnologias, acesso mais fácil dos actores de justiça à informação sobre processos em que intervenham, linguagem mais simples na relação dos tribunais com os cidadãos, eis algumas sugestões para melhorar o sistema.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

Portou-se mal no arranque do novo mapa judiciário, mas quem com ele lida reconhece que o sistema informático Citius – que assegura as comunicações com os tribunais – veio simplificar o funcionamento da justiça. Há contudo que melhorá-lo, defendem os advogados inquiridos pelo Negócios, eles que defendem também um acréscimo de novas tecnologias para tornar o sistema mais ágil. Na relação entre a justiça e os cidadãos há outra medida que defendem: o uso de uma linguagem menos técnica, logo, mais compreensível.

Na futura caixa de sugestões online, criada no âmbito do programa "Justiça + Próxima", apresentada esta terça-feira, a associada coordenadora da área de prática de contencioso da Miranda & Associados, Sofia Martins, gostaria de deixar propostas para melhorar o sistema Citius.

Embora lembre que a plataforma é considerada "um exemplo a nível mundial", argumenta que há sempre margem para melhorias. Uma primeira sugestão "passaria por alargar a possibilidade de utilização do Citius a outro tipo de processos (não apenas cíveis), ressalvadas as preocupações com, por exemplo, o segredo de justiça, no domínio do processo penal".

João Duarte de Sousa, sócio da Garrigues, defende também que, mesmo na área da justiça cível, é possível melhorar o Citius. Como? Por exemplo, alargando "as suas funcionalidades aos processos e recursos tramitados pelas Relações e pelo Supremo Tribunal de Justiça". Por outro lado, deveria ser reunida "numa única aplicação a gestão processual e tramitação electrónica dos processos referentes às diversas jurisdições. O mesmo ad-



A ministra Francisca Van Dunem deu a conhecer esta terça-feira as linhas mestras do programa "Justiça + Próxima".

vogado defende igualmente que, no âmbito dos processos de insolvência, sejam integrados na plataforma Citius todos os actos praticados e dirigidos ao administrador de insolvência.



O tipo de linguagem utilizada [na justiça] (...) é muitas vezes incompreensível para o cidadão comum.

SOFIA MARTINS
Advogada da Miranda

Não é só nos tribunais comuns que se pedem mais meios tecnológicos e simplificação de práticas. Na justiça tributária sugere-se, por exemplo, como o faz o especialista em direito fiscal Pedro Bruz, o "desenvolvimento de uma plataforma informática acessível aos contribuintes com vista à monitorização da situação dos seus processos e de informação sobre datas previsíveis sobre a evolução da tramitação".

A melhorias sugeridas não se restringem ao uso de novas tecnologias. José Carlos Soares Machado, sócio da SRS, diz que a principal simplificação a fazer no sistema é a da relação profissional e pessoal entre os diversos actores da justiça. "Essa é a verdadeira prioridade que resolveria, sobretudo, que iria prevenir muitos dos problemas

que afectam a justiça." Em segundo lugar, defende, devem existir "verdadeiros estímulos à qualidade das decisões, que não é menos importante do que a celeridade mas, de tanto se falar na lentidão, tem andado esquecida".

Na relação com os cidadãos, há também melhorias a fazer. Sofia Martins lembra a linguagem utilizada nas comunicações dos tribunais. "Estamos a falar de testemunhas, de entidades notificadas para, por exemplo, reterem alguma quantia penhorada. O tipo de linguagem utilizada, extremamente técnica e com recurso a citação de disposições legais, é muitas vezes incompreensível para o cidadão comum. Seria útil que se fizesse um esforço de simplificação da linguagem utilizada", defende e sugere. ■



[O Citius deveria ter também] processos tramitados pelos tribunais de Relação e pelo Supremo.

JOÃO DUARTE DE SOUSA
Sócio da Garrigues

CLIPPER BOOK MIRANDA				 Miranda & Associados Sociedade de Advogados RL
MEDIA	JORNAL DE NEGÓCIOS			
Nº PAG.	34 / 35	DATA	2 março 2016	

Internet vai estar disponível para quem espera nos tribunais

A ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, apresentou esta terça-feira um conjunto de 120 medidas com as quais pretende modernizar e aproximar a justiça dos cidadãos. O plano de acção "Justiça + Próxima" tem uma "forte componente tecnológica" com a qual a ministra pretende "iniciar um processo que quebre a percepção de que a justiça tarda".

"Trata-se de identificar e pôr em execução respostas diferentes para os problemas que vimos identificando ano após ano", sendo que "isso

passa muito por melhor organização, simplificação de circuitos e automatização de procedimentos", explicou Francisca Van Dunem. Trata-se, em suma, de "alterar radicalmente o modo de comunicação entre a justiça e os cidadãos", garantiu. "Será um trabalho de filigrana que permita conferir à justiça mais organização e eficiência."

A apresentação das medidas já desenhadas coube à secretária de Estado da Justiça, Anabela Pedroso. Uma delas passa pela disponibilização de wi-fi em pontos de atendi-

mento do Ministério, uma forma de "melhorar a percepção de qualidade dos espaços de espera", criando "condições para que o cidadão rentabilize o tempo de espera enquanto aguarda pela prestação de serviços".

Também no âmbito das tecnologias da informação está prevista a possibilidade de os reclusos passarem a comunicar por videoconferência com os seus familiares e uma "Academia Recode", que consiste num programa-piloto, em parceria com fabricantes de tecnologia, para

que os reclusos possam receber formação nos estabelecimentos prisionais. Serão cursos na área das tecnologias, nomeadamente programação e redes.

Tal como o Negócios adiantou, um outro projecto-piloto passa pela criação do Tribunal +, que arrancará em Sintra. Será uma "experiência de laboratório" para testar novos modelos e soluções de atendimento, em que teremos "secretárias (quase) sem papel" referiu Anabela Pedroso.

Numa lógica de contacto e recolha de opiniões por parte dos utiliza-

dores da justiça, o Ministério vai recorrer regularmente "a instrumentos de avaliação de satisfação do utilizador". Haverá, nomeadamente, sondagens online a advogados ou a cidadãos que recorram aos tribunais.

Uma "biblioteca online da justiça" vai "mostrar todo o acervo documental, legislativo, de jurisprudência, que está espalhado e é difícil de encontrar", anunciou também a secretária de Estado, Anabela Pedroso. ■

FILOMENA LANÇA

TOME NOTA

O que é o programa e que medidas contempla

Chama-se "Justiça + Próxima" e vai custar, ao longo de quatro anos, cerca de 2,8 milhões de euros. Envolve um site para apresentar sugestões, vai disponibilizar internet nos espaços do Ministério da Justiça e quer simplificar o sistema.

INVESTIMENTO DE 2,8 MILHÕES

O Ministério da Justiça estima que o conjunto de medidas a promover ao longo da legislatura no âmbito do programa "Justiça + Próxima" custe 2,8 milhões de euros.

SITE VAI RECEBER SUGESTÕES

A execução do programa poderá ser acompanhada no site "Justiça + Próxima" onde os cidadãos poderão também apresentar críticas e sugestões de simplificação, desburocratização e modernização.

INTERNET SEM FIOS PARA CIDADÃOS

Para melhorar a percepção de qualidade dos espaços de espera dos organismos do

Ministério da Justiça, serão criadas condições para que o cidadão rentabilize os tempos de espera enquanto aguarda pela prestação de serviços, através do uso dos sistemas de wi-fi em pontos de atendimento do Ministério da Justiça.

VÃO SER FEITAS SONDAGENS ONLINE

O Ministério vai recorrer regularmente "a instrumentos de avaliação de satisfação do utilizador". Haverá, nomeadamente, sondagens online a advogados ou a cidadãos que recorram aos tribunais.

REGISTO DE PROBLEMAS NOS TRIBUNAIS

Haverá uma plataforma chamada "Meu Tribunal", que vai permitir aos tribunais

reportar pequenos problemas informáticos e do edificado.

TECNOLÓGICAS A ENSINAR RECLUSOS

Será criado um programa-piloto em parceria com fabricantes de tecnologia, com componente formativa de reclusos em estabelecimentos prisionais sobre temáticas de programação e redes e componente prática de desassemblagem de componentes.

HUMANIZAÇÃO NO "ESPAÇO ÓBITO"

Será criado um espaço de atendimento para esclarecimento e apoio à execução das obrigações que decorrem do falecimento de um familiar, informações sobre o testamento, entre outras - o chamado "espaço óbito".



AVISO

1. Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 47.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, torna-se público que a Autoridade da Concorrência recebeu, em 24 de fevereiro de 2016, uma notificação prévia de uma operação de concentração de empresas apresentada ao abrigo do disposto no artigo 37.º do referido diploma.

2. A operação de concentração em causa consiste na aquisição, pela Trivalor, SGPS, S.A. ("Trivalor"), do controlo, em conjunto com o Sr. Manuel José de Sá Ferreira Garcia Quina, sócio maioritário, da UPK - Gestão de Facilities e Manutenção S.A. ("UPK").

3. As atividades das empresas envolvidas são as seguintes:

• **Trivalor** — sociedade-mãe de um conjunto de empresas que operam na restauração coletiva, na restauração pública, na comercialização de produtos alimentares, no vending, na emissão e comercialização de tickets de serviços, no arquivo e gestão documental, na limpeza, na segurança privada, na manutenção integrada de edifícios, instalações e equipamentos e nos serviços partilhados de recursos humanos e contabilidade.

• **UPK** — dedica-se à atividade de manutenção integrada de edifícios, com especial enfoque na gestão nas áreas de eletricidade e instrumentação, lubrificação e hidráulicas.

4. Quaisquer observações de terceiros interessados sobre a operação de concentração em causa devem identificar o interessado e indicar o respetivo endereço postal, e-mail, n.º de telefone e fax, bem como ser acompanhadas de versão não confidencial e respetiva fundamentação da confidencialidade, sob pena de serem tornadas públicas.

5. As observações devem ser remetidas à Autoridade da Concorrência, no prazo de 10 dias úteis, indicando a referência Ccent. n.º 9/2016 - Trivalor / UPK, por via postal, fax ou e-mail, para o seguinte endereço:

Autoridade da Concorrência
Avenida de Berna, 19
1050-037 Lisboa
E-mail: adc@concorrenca.pt
Telefone: (351) 21 790 20 00 - Fax: (351) 21 790 20 95
Horário de expediente: das 9.30 às 12.30 e das 14.30 às 17.30 horas
O Diretor do Departamento de Controlo de Concentrações
Paulo Gonçalves